

Despachos n.º 49/GDN/2021 e n.º 50/GDN/2021



## Horários de Trabalho - Implementação em análise

A **Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP)**, no seguimento da imposição das novas matrizes horárias aos polícias e da nova regulamentação do serviço de piquete, procedeu, através do seu gabinete jurídico, à análise dos respetivos regulamentos. Apontando a DN/PSP que a referida implementação decorre da melhor forma, a **ASPP/PSP**, não pode deixar de referir que, para além de não estar a correr bem, relembra que o processo começou da pior forma.

A ausência de uma negociação efetiva, como impõe a lei face à natureza desta matéria, que não confundimos com auscultação de opiniões, associada à imposição de matrizes que não correspondem às diferentes necessidades, decorrentes de realidades completamente disparens nos vários comandos, está na origem de vários problemas que nos têm sido reportados. É evidente que querer tratar igual o que é diferente, quer no que concerne à organização dos vários comandos, quer ao efetivo disponível, só se pode traduzir em prejuízo para o serviço e conseqüentemente para os direitos e estabilidade dos próprios polícias. Problemas sem solução, pois os próprios comandantes, pela margem reduzida que os despachos conferem,

encontram-se totalmente condicionados em relação à gestão e organização dos serviços face às distintas realidades locais.

A solução para todos os problemas parece apontar para o serviço em regime de piquete. Este recurso não é solução pois é inacessível para quem trabalha por turnos, ademais trata-se de um serviço que devia ser de cariz extraordinário, deixando assim de o ser, e com graves lacunas na sua regulamentação no que concerne à compensação do mesmo - não se percebe a adoção deste tipo de regime, por meras questões de gosto pessoal, em locais que têm condições para garantir o mesmo serviço em regime de turnos.

**A este respeito, a ASPP/PSP elaborou uma proposta sobre trabalho suplementar na PSP, que seguiu para o parlamento, à qual aguarda-se resposta, combatendo-se, desde logo, a normalização do recurso ao regime de piquete para situações excecionais e de forma gratuita.**

A **ASPP/PSP** vai permanecer atenta às situações de incumprimento dos próprios despachos que venham a ter lugar para colmatar lacunas que não foram acauteladas, principalmente aquelas que colidam com os direitos dos polícias, e vai reagir impetuosamente, quer pela luta sindical, quer pela via legal, no sentido de mitigar todas as consequências negativas que derivem da forma como este processo foi gerido.